

A pobreza como obstáculo no desenvolvimento humano: um estudo dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*

Roan Matthaheus Chimello Dias

Resumo

Neste estudo, trabalhamos com as articulações apresentadas por Marx em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos* a respeito da alienação e pobreza como formas de desumanização, perda e privação. Ademais, continuando na obra, a relação destas categorias apresenta um fecundo debate sobre a limitação no desenvolvimento objetivo e subjetivo dos indivíduos na sociabilidade capitalista. Portanto, trazemos o tema sobre a alienação sob a ótica da pobreza enquanto um fenômeno gerador de alienações e, mais, de reduções do horizonte de desenvolvimento humano dos trabalhadores, na medida em que além de se relacionarem como tais e encontrarem sua servidão nesta relação de trabalho com a produção, têm a partir dela as múltiplas expressões e manifestações de vida como sinais de alienação e empobrecimento. Assim, o trabalho perpassa por uma rápida recapitulação do desenvolvimento da pobreza no pensamento de Marx até 1844 para ela como elemento alienante em suas qualidades objetiva e subjetiva.

Palavras-chave: Marx, alienação, pobreza, privação, falta de acesso

Poverty as an Obstacle to Human Development: A Study of the *Economic and Philosophic Manuscripts*

Abstract

In this study, we work with the articulations presented by Marx in his *Economic and Philosophic Manuscripts* regarding alienation and poverty as forms of dehumanization, loss, and deprivation. Furthermore, continuing through the work, the relationship between these categories presents a fruitful debate on the limitations of both the objective and subjective development of individuals within capitalist sociability. Therefore, we explore the theme on alienation through the lens of poverty as a phenomenon that generates alienation and, moreover, reduces the horizon of human development for workers. This

is because, in addition to relating to one another in this way and finding their servitude in this relationship of labor with production, workers experience multiple expressions and manifestations of life as signs of alienation and impoverishment. Thus, the work includes a brief review of the development of the concept of poverty in Marx's thought up to 1844, considering it as an alienating element in both its objective and subjective qualities.

Keywords: Marx, alienation, poverty, deprivation, lack of access

Uma introdução e um panorama da pesquisa

A perspectiva com a qual trabalhamos parte da perspectiva de que a alienação, como forma de perda e privação, pode ser concebida como uma dimensão constitutiva da pobreza. Neste sentido, mais do que inverter logicamente o sentido usual da pobreza como uma dimensão da alienação, compreendemos que não é possível tratar adequada e plenamente da pobreza desconsiderando que enquanto “modo de existência” ela engendra necessariamente fenômenos desumanizantes, limitadores, de sofrimento e inumanidade – alienações. Esta proposta se torna possível através de uma análise dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx, nos quais a alienação pode ser encontrada como “conceito da filosofia social por excelência” (Jaeggi, 2015, p. XXII), ou seja, que é capaz de sintetizar elementos descritivos e avaliativos das experiências sociais, convergindo uma análise *descritiva* e com potência *normativa*.

Semelhantemente, a pobreza compartilha esta possibilidade, visto que indica a forma social de produção existente e aponta seus “defeitos” ou, na pior das hipóteses, as dificuldades de concretização e realização “saudável”. Portanto, a pobreza age de tal forma que expressa, como veremos, uma dimensão da propriedade privada – predominantemente sua forma relacional de perda –, com disseminações objetivas e subjetivas na constituição da sociedade e personalidade humanas – a pobreza como falta de acesso ao socialmente produzido e como inibidora das experiências sociais, humanas. Marx passou por uma conturbada trajetória teórico-pessoal no que se reporta ao estudo da pobreza: suas investigações a respeito dela tiveram como panorama geral a pesquisa jornalística dos “interesses materiais”, da qual resultaram textos como os *Debates sobre a lei referente ao furto de madeira* e as *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”*. Nesta trajetória, está presente a evolução da

concepção da pobreza de um problema administrativo, vinculado a um conceito de Estado como representante do povo, a um problema *social*, não meramente *político* e que, portanto, compartilha suas raízes com o próprio estado e com as demais opressões.

Pelos *Manuscritos*, entendemos que o trabalho gera não apenas a propriedade privada, mas também sua negação – a pobreza –, visto que “riqueza e pobreza são =” (Marx, 2015, p. 396). Isto se dá porque a consolidação da propriedade privada ocorre com a literal privação dos trabalhadores daquilo que foi socialmente produzido, e nesta perda, afastamento e falta de controle “o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada [aparece] como exclusão da propriedade” (ibidem, p. 341). Ainda, Marx apresenta que “toda a servidão humana está envolvida na relação do trabalhador com a produção e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação” (ibidem, p. 319) e “Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc. são apenas modos particulares da produção e caem sob a sua [da propriedade privada] lei universal” (ibidem, p. 345), portanto, a propriedade privada interfere e interpenetra nestes variados modos particulares tanto como riqueza quanto pobreza – ambas são faces do mesmo processo alienante e condicionam, cada qual a sua maneira, outras alienações.

Para o fim deste trabalho, poderemos apenas indicar uma breve reconstituição da evolução da pobreza no pensamento de Marx para, em seguida, dissecar suas dimensões objetiva e subjetiva com o intuito de verificar como, em tais modalidades, mobilizam fenômenos alienantes, tema do último tópico a ser posto. Não creditamos originalidade neste trabalho, haja vista que a extensa bibliografia a respeito da alienação nos *Manuscritos*, seguida pela referente à pobreza (ainda que esta obra não seja tão referenciada como outras) em muito possibilitaram tal arranjo¹. O que podemos entender como diferencial desta pesquisa é, todavia, a busca por esta disposição cronológica e teórica da pobreza como elemento crítico e, é claro, o intento de apresentar a alienação como uma de suas dimensões.

A atualidade da alienação e a pobreza como categoria crítica

O retorno proposto aos *Manuscritos* ocorre por determinada atualidade presente na obra, particularizada na importância e centralidade do debate da alienação.

¹ Particularmente, percebemos um frequente e profícuo debate sobre a pobreza em Marx, inclusive com a inserção dos *Manuscritos* como tema importante, na China, porém de difícil acesso;

Sinteticamente, e nos apoiando no próprio Marx, esta atualidade pode ser expressa em duas questões:

1) Que sentido tem, no desenvolvimento da humanidade, essa redução da maior parte da humanidade ao trabalho abstrato? 2) Que erro cometem os reformadores *en détail*, que ora querem elevar o salário e com isso melhorar a situação da classe trabalhadora, ora consideram (como Proudhon) a igualdade do salário como o objetivo da revolução social? (ibidem, p. 253)

Ponderando a articulação com a pobreza, é evidente que a redução desta parte da humanidade ao trabalho abstrato (alienado) implica na disposição dela às situações de pobreza (absoluta ou relativa) frente às riquezas produzidas por ela própria e que a busca e luta por elevação de salários, por um lado, reduz este afastamento e privação ao produzido, portanto (ainda que não suprima) reduz o grau de alienação também produzido, e por outro não deve encerrar a luta social, pois não é capaz de eliminar as diferenciações geradas pela pobreza, seja objetiva ou subjetivamente.

Portanto, consideramos que a concepção de alienação mobilizada por Marx nos traz dois principais pontos:

First, the contrast between appropriation and alienness posits a connection between two problems that is far from obvious: the loss of meaning, the impoverishment and meaninglessness of the world, on the one hand, and impotence, or powerlessness in relation to the world, on the other. Second, in this central text we can see the specific twist Marx gives to the problem of a relationlessness between human being and world: the scandal of alienation is that it is alienation from something the self has made (Jaeggi, op. cit., p. 12)

Isto dito, tal concepção reflete cuidadosamente a pretensão crítica como modo de *descrição* (ainda que não detalhadamente) e *norma*. Neste caso, quando Marx pontua que “a superação (...) da autoalienação faz o mesmo caminho que a autoalienação” (op. cit., p. 341), está evidenciando alguns processos: que a própria condição alienada representa uma contradição que “impõe à resolução” (idem), que a alienação se estrutura como uma “*relation of relationlessness* (Jaeggi, op. cit., p. 1)” e portanto significa perda de controle e acesso, despossessão, por um lado, e “not the mere absence of a relation. Alienation is itself a relation, even if a deficient one” (ibidem, p. 25) por outro. Ou seja, nos momentos em que a superação da propriedade privada e do trabalho alienado aparecem como a reapropriação da essência humana, Marx está apontando ao fato de que a constituição da sociedade nas bases da propriedade privada não passa de uma “caricatura da sua comunidade real”:

dizer que o homem está alienado de si mesmo é dizer que a sociedade deste homem alienado é a caricatura da sua comunidade real, da sua verdadeira vida genérica; que a sua atividade se lhe apresenta como um tormento, suas próprias criações como um poder alheio, sua riqueza como pobreza, o vínculo profundo que o liga aos outros homens como vínculo artificial, a separação em

face dos outros homens como sua verdadeira existência; que a sua vida é o sacrifício da sua vida; que a realização do seu ser é a desrealização da sua vida; que, na sua produção, produz o seu nada; que o seu poder sobre o objeto é o poder do objeto sobre ele; que, senhor da sua produção, aparece como escravo dela (op. cit., p. 208)

A alienação então evidencia as conexões “defeituosas” presentes na realidade e suas tensões correspondentes, abrindo a possibilidade de intervenção no próprio mundo.

Fazemos alusão também a determinado momento de *A Sagrada Família*, em que é dito que:

a primeira crítica verdadeira da propriedade privada naturalmente parte do fato de que sua essência contraditória se manifesta sob a forma mais tangível, mais clamorosa, que mais, e de modo mais imediato, revolta os sentimentos humanos – do fato da pobreza, da miséria (Marx; Engels, 2003, p. 47)

Apesar deste trecho não ser propriamente dos *Manuscritos*, antes de reformular, negar ou se diferenciar deles ou de nossa apropriação, traz a justeza da compreensão da pobreza como este modo de existência alienante e dos desenvolvimentos aqui objetivados. Portanto, recuperando o entendimento de riqueza e pobreza serem iguais no marco da propriedade privada, ambas compõem a essência contraditória desta e pobreza pode aparecer como fundamento para o trabalho alienado, visto que

se a propriedade privada aparece como fundamento, como causa do trabalho exteriorizado, ela é antes uma consequência do mesmo (...). Mais tarde essa relação converte-se em ação recíproca (Marx, 2015, p. 317)

A pobreza, pois, como uma expressão desta relação alienada e como essência da propriedade privada, atua como resultado do trabalho alienado e meio para sua efetivação. Também como perda e privação, age enquanto conceito crítico pois tanto descreve um elemento da realidade quanto destaca suas qualidades negativas, cuja possibilidade de resolução encontram-se imanentes a ela.

Como pudemos apenas adiantar anteriormente, a concepção acerca da pobreza na juventude de Marx apresenta mudanças: de uma apreensão que gravita, em um primeiro momento, a ideia de Estado como representante do povo e da democracia, para, em um segundo momento, a alienação como déficit na relação consigo e com o mundo (Jaeggi, op. cit., p. 12).

Se nos *Debates* sobre os furtos de lenha vemos uma contraposição entre um direito humano, racional, contra um animal, irracional, como maneira de representar um suposto embate entre o suposto Estado racional com o proprietário privado (semelhante a uma composição de Estado como *locus* da racionalidade e eticidade e indivíduo como *locus*

dos interesses privados), ainda são perceptíveis certos “*insights*” (por mais que na época ainda serviam como “provocações” à *Dieta Renana*) como quando questiona Marx “se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, *não seria furto também toda propriedade privada?*” (2017, p. 82). Desta forma, Marx parece apelar a uma certa “consciência” de que “expor os debates da *Dieta Renana* sobre a lei referente ao furto de madeira é o mesmo que *expor os debates da Dieta Renana sobre sua vocação legislativa*” (ibidem, p. 78) – dito de outra maneira: significa questionar a legitimidade social do órgão em questão como representante dos interesses públicos e mediador dos privados, constituindo (o que deveria ser) uma instância de articulação do Estado.

Já no *Anúncio da Justificação do correspondente do Mosela* (tradução provisória com finalidade a este trabalho), Marx avança a respeito dos problemas administrativos (que antes deveriam ser questionados para seu aperfeiçoamento), evidenciando que há uma “contradição da realidade com as máximas administrativas” (MEGA² I.1, 1975, p. 298), pois começa a tornar claro ao autor que, a despeito das teorias, concepções, visões do Estado como ente de representação geral, sua articulação e representação é angariada pelo e para o interesse privado. Ainda sob a comum designação de “interesses materiais”, o autor expõe relações de alienação, como quando traz relatos para seu artigo:

a comunidade à qual pertença, composta por vários milhares de pessoas, possui as mais belas florestas, mas não me lembro de que os membros da comunidade tenham obtido qualquer benefício direto de sua propriedade por meio da participação na madeira (MEGA² I.1, 1975, p. 298)

Ainda nesta contradição entre os interesses privados e públicos, Marx alude ao fato de que

o viticultor aparentemente pobre não tem tempo nem paciência para descrever suas circunstâncias, de modo que o viticultor pobre não pode falar, enquanto o viticultor que pode falar não é aparentemente pobre, de modo que ele parece falar sem razão. Mas, se até mesmo o viticultor instruído é referido à falta de discernimento oficial, como o viticultor sem instrução poderia ser capaz de enfrentar esse discernimento oficial? Os indivíduos privados, por sua vez, que viram a miséria real dos outros em toda a sua extensão, que a veem se aproximando de si mesmos e que, além disso, estão cientes de que o interesse privado que protegem é tanto o interesse do Estado e foi preferido por eles quanto o interesse do Estado, necessariamente não apenas sentem sua própria honra violada, mas também acreditam que a realidade está distorcida de um ponto de vista unilateral e arbitrário. Portanto, eles se opõem à oficialidade arrogante, apontam as contradições entre a forma real do mundo e a forma que ele assume nos escritórios (ibidem, p. 308)

Portanto, não somente não possuem benefício da propriedade na qual trabalham, mas veem uma organização estatal-administrativa que viola seus interesses e direitos, a tal

ponto que sua pobreza e miséria é tratada de forma unilateral e arbitrária, pois o interesse do Estado nada mais é do que *outro* interesse privado.

Em trabalho imediatamente próximo aos *Manuscritos*, as *Glosas críticas*, Marx já trabalha com a concepção de que a Economia-Política é “a expressão mais clara da interpretação (...) do pauperismo (...), o reflexo científico da situação econômica nacional” (2011, p. 144) – exposição que contrasta e complementa a sua futura denominação, seguindo Engels, de que é a “ciência do enriquecimento”. Neste artigo, vemos que “o Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade” (ibidem, p. 148). Mais:

o Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares (ibidem, p. 148)

Fica evidente, portanto, que esta visão se contrapõe às suas iniciais ideias de mediação entre estes interesses no âmbito do Estado – se situam neste momento como *contradições* inelimináveis na égide do Estado e da propriedade privada. Por isso, a má administração não é mais um defeito no Estado, um erro de partido ou representante legal, mas sim a infusão dos interesses privados no que deveria ser um representante público. Esta intromissão, ainda, também não se trata de uma exceção, mas a regra do próprio processo e constituição desta relação – daí que “se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela” (ibidem, p. 149). Por fim, a propriedade privada aparece como base da “escravidão da sociedade civil, (...) o fundamento natural onde se apoia o Estado moderno” (idem).

Tida esta trajetória, reportamos a uma carta de Marx à Ruge, datada de setembro de 1843, na qual o autor pondera que “o crítico pode (...) tomar como ponto de partida qualquer forma da consciência teórica e prática e desenvolver, a partir das próprias formas da realidade existente, a verdadeira realidade como seu dever-ser e seu fim último”. Aqui, tomamos esta noção como uma reflexão do próprio Marx quanto ao seu desenvolvimento – ainda que não tratasse aberta e conscientemente acerca da alienação, o trecho indica uma visualização mais precisa de que o trabalho com a pobreza dentro dos “interesses materiais” lhe serviu como forma de reconstrução desta “verdadeira realidade”, cuja concretude se mostrou de fato conforme a alienação dinamizou posteriormente a pobreza

ao inseri-la em sua constituição. Mais do que isto, como já pudemos adiantar, a pobreza apareceu como causa de processos alienantes, ou seja: esta “forma da realidade existente” possibilitou, e ainda possibilita, desenvolver esta realidade como “dever-ser” do teórico crítico.

Ainda que não concordemos com a totalidade das observações de Haber em seu texto, cremos que o autor consegue capturar a essência do que vemos como esta atualidade dos *Manuscritos*, centrada na da alienação. O mesmo, no entanto, trata como “ambiguidade”, pois reconhece o potencial descritivo da categoria – já também a relacionando com os sentidos de perda e pobreza – porém enxerga uma dificuldade de Marx em entrelaçar adequadamente as variadas manifestações da alienação, restando que

quase metaforizada, a perda do produto do trabalho passa então a ser a chave universal que dispensa uma abordagem adequada, fenomenologicamente informada, da patologia vivida – que, por sua vez, não passa a ser mais do que uma modalidade empírica secundária dessa perda (2006, p. 70)

Não havendo a possibilidade de aprofundamento desta tese, podemos apenas adiantar que uma continuação na proposta que trazemos, inevitavelmente, põe à prova esta argumentação de Haber. No entanto, mesmo em caso afirmativo, não desabona esta potencialidade da alienação e sua atualidade – reforça apenas que está é limitada, condicionada. Ora, toda atualidade só se conforma com seus limitantes. Em outro espaço, diz o autor que

assim, compreende-se a ambiguidade dos *Manuscritos de 1844*. De certa forma, é com razão que a alienação é apresentada ali como o *tema primordial da teoria crítica da sociedade moderna*. No entanto, a maneira como a ideia de *desapossamento* constitui a *matriz geral* de uma análise da situação operária e de toda a teoria econômica não é inteiramente satisfatória. Pois, em um nível mais concreto, quando se trata de conceber como essa alienação se manifesta na vida, os diferentes modelos sugeridos por Marx não se organizam de forma coerente. Assim, ora predomina o modelo da dignidade aviltada (a privação dos meios de se elevar acima da animalidade), ora o da auto-instrumentalização das atividades do eu, compreendida como uma aberração moral fundamental, ora ainda o da impossibilidade da saúde: nesse último caso, a insatisfação das necessidades, a mortificação dos corpos e o empobrecimento da vida psíquica (o que Marx chama, de forma crua, de “cretinismo” do operário) ocupam o primeiro plano (2006, p. 68).

Adequadamente ou não, a presença destes múltiplos feixes a partir das experiências alienantes representa a multidimensionalidade de sua inserção na trama social. Possivelmente, e isto buscamos entender, a inversão proposta contribuirá para um enquadramento mais “satisfatório”.

O debate da pobreza nos *Manuscritos*

Influências e leituras concomitantes

Como dissemos, a pobreza deixou de ser apenas um fato ocasional, resultado de exceções e desvios de funções originalmente “racionais” para ser integrante de um complexo teórico que não apenas a insere em uma dinâmica com a alienação, mas (e por isso) a reconfigura criticamente, de tal modo que não é possível compreendê-la adequadamente sem uma concomitante análise a respeito da *forma* de produção – no caso, baseada na propriedade privada. Portanto nos *Manuscritos* ela não é um elemento superado, substituído, e que se encontra apenas como interesse teórico do autor expresso nas citações de demais pensadores. Estas múltiplas recuperações do trato da pobreza indicam que o interesse pessoal de Marx corresponde à necessidade de se analisar um problema *real* e atuante.

Durante os estudos e escrita dos que viriam a se tornar os *Manuscritos*, uma figura ganhou destaque em suas investigações: Eugène Buret, filósofo e economista francês. Dos variados autores mobilizados, Buret apresenta colocações de adiantam a crítica de Marx sobre a pobreza, não à toa fazendo com que este realize um posterior exame mais cuidadoso de sua obra no que ficou conhecido como *Cadernos de Bruxelas* de 1845². Das considerações destacadas por Marx, Buret retrata que

no que diz respeito aos prazeres, o proletário das grandes cidades é menos favorecido do que o selvagem. (Bárbaro, que tem canções nacionais, tradições, deuses, poesia, esperança, exaltação do ânimo, sentimento de grandeza selvagem, heroísmo individual, culto) (MEGA IV.3, 1998, p. 143)

Marx realiza uma análise aproximada nos *Manuscritos*:

dissemos acima que o homem regressa à habitação em cavernas etc., mas regressa a elas numa figura alienada, hostil. O selvagem na sua caverna – esse despreconceituoso (...) elemento natural oferecendo-se para fruição e proteção – não se sente alienado, ou sente-se antes tão à vontade como o peixe na água. Mas o sótão do pobre é uma habitação hostil, “que se lhe opõe como poder alienado, que só se lhe entrega na medida em que ele lhe entrega o seu suor de sangue”, que ele não pode considerar como seu lar – onde pudesse finalmente dizer aqui estou em casa –, onde ele antes está numa casa alienada, na casa de um outro, que diariamente está à espreita e o põe na rua se ele não paga a renda. Ele conhece igualmente, no que toca à qualidade, a oposição da sua habitação com a habitação humana que reside no além, no céu da riqueza (op. cit., p. 402)

Por isso, no primeiro caso, apesar de também alienados, os “bárbaros”, pela constituição própria de sua forma social possuíam, ainda que minimamente, uma expressão social de suas crenças, potências e desejos, em contraste com a que se encontra de tal forma

² A leitura comentada sobre o texto de Buret se encontra em *Exzerpte aus Eugène Buret: De la misère des classes labourieuses en Angleterre et en France*, na MEGA IV.3;

reduzida no trabalho capitalista, visto que seu trabalhador não conseguiria manter expressões próprias como aquelas. Podemos adiantar neste momento que a regra é a de que “no interior da propriedade privada, (...) cada homem especula sobre como criar no outro uma necessidade nova para o forçar a um novo sacrifício, para o deslocar para uma nova dependência e induzi-lo a um novo modo de fruição” (ibidem, p. 391). Por isso, “a atividade e a fruição, bem como o seu conteúdo, são também *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social*” (ibidem, p. 346) – em uma sociedade formada e estruturada através da propriedade privada, fruição e atividade ocorrem de forma *alienada* e a *pobreza*, como qualidade da propriedade privada, as condiciona. Assim, “a alienação aparece tanto em que o meu meio de vida é de um outro, em que aquilo que é meu desejo é a *posse inacessível* de um outro” (ibidem, p. 402).

Seguindo nas citações de Buret, Marx destaca que “miséria é pobreza *na* civilização” (Buret apud Marx, 1998, p. 146), “o pauperismo corresponde à civilização, assim como a servidão corresponde ao feudalismo” (idem) e “a pobreza extrema lança as populações que atinge na vida selvagem (...) o pauperismo equivale a uma verdadeira proibição social” (ibidem, p. 142). Junto a estas citações, Marx realiza uma anotação que guia nossa pesquisa:

hoje em dia, já não se trata mais de: Deverá a propriedade privada existir? Deverá a família existir? etc. *Se as condições existentes devem ser mantidas, então elas devem ser preservadas em toda a sua extensão.* Portanto: Deverá a *propriedade* e o *pauperismo* existir? Deverá o casamento e a prostituição, a família e a ausência de família existir? Todas essas condições se desenvolveram em sua oposição e só podem ser vistas como estados simplesmente positivos através da maior mentira e ilusão (idem. Grifos próprios)

Assim, evidencia que a pobreza compõe par necessário da riqueza quando são qualidades da propriedade privada. Esta relação opositiva é expressão da contradição do trabalho alienado, como nos mostra quando “a oposição de *sem propriedade* e *propriedade* é ainda indiferente, não apreendida na sua *ligação ativa*, na sua relação *interna*, ainda não como contradição, enquanto não for concebida como a oposição do *trabalho* e do *capital*” (2015, p. 340). São nos *Manuscritos* então que Marx consegue, vinculando à alienação, apreende a pobreza como “forma de realidade existente” que condiciona, claro que não absolutamente, objetiva e subjetivamente os indivíduos.

A dimensão objetiva da pobreza

No primeiro caso, da dimensão objetiva da pobreza, entendemos aqueles fatores, resultados, desenvolvimentos etc. que dizem respeito às questões fora da subjetividade

humana (ainda que, em determinados níveis, sejam fruto dela ou a influenciem). Portanto, vemos como exemplo deste aspecto objetivo da pobreza a falta de dinheiro – trata-se de uma dimensão que dialoga facilmente com as determinações e denominações ditas *absoluta* e *relativa* da pobreza como formas, respectivamente, de perda, privação e falta de acesso até um limite mínimo; e comparativamente com o restante da população, ou seja, *relativamente* comparado com o desenvolvimento social em questão. Por isso, podemos aferir que, no primeiro caso, “isso significa que pobres seriam aqueles que possuem as condições mínimas de sobrevivência física e de saúde elementar” (Silva, 2016, p. 127); e, no segundo, o “critério que é construído de acordo com as características específicas de cada sociedade, por exemplo, ‘serão pobres os ‘x’ por cento mais desfavorecidos da população’ (Costa apud Silva, idem).

Ainda assim, “tanto as considerações absolutas quanto as relativas da pobreza orientam-se, no mais das vezes, pelo estabelecimento de um ‘nível mínimo’ de atendimento de necessidades ditas fundamentais” (idem). O que está em jogo para tais distinções é a maneira como este nível é concebido e quais processos sociais ele visa destacar. Portanto, falar em dimensão ou qualidade objetiva da pobreza tem como pressuposto esta compreensão de que do conceito de pobreza podemos verificar uma mesma realidade por variadas lentes, mas que neste caso tratam do movimento de *perda*, *privação* e *falta de acesso* ao socialmente produzido. Por isso, em concordância com Silva (op. cit., p. 130): “a noção crítica de pobreza, por sua vez, orienta-se pela falta de acesso àquilo que foi socialmente produzido, portanto, seu horizonte normativo não está atado ao mínimo”. Este último ponto será melhor analisado futuramente, quando tratarmos da dimensão subjetiva da pobreza e de ambas as dimensões como geradoras de alienação. Neste primeiro momento, portanto, seguiremos com as ponderações de Marx acerca da objetividade da pobreza.

Ainda que iniciais e passíveis de correções, seus estudos o mostraram que nas três possibilidades de desenvolvimento social (crescimento, estagnação ou recessão) a situação dos trabalhadores implica na existência da pobreza em maior ou menor grau: “na situação de recessão da sociedade: miséria progressiva do trabalhador; na situação de desenvolvimento: miséria complicada; na situação mais rica: miséria estacionária” (ibidem, p. 250). Ademais, nestas hipóteses um montante de indivíduos se depara com a fome, mendicância, perda dos objetos produzidos, falta de dinheiro etc. O trabalho, como “exclusão da propriedade” (ibidem, p. 341), significa o polo onde a pobreza mais e melhor

se manifesta – por isto na produção alienada o trabalhador possui menos quanto mais produz. Dito de outra forma: se torna *relativamente* mais pobre quanto mais rica é a sociedade. A existência do indivíduo é tida antes como de trabalhador do que humano, no sentido de que para a Economia Política, importa a relação de produção e, pois, o papel que este indivíduo cumpre nesta reprodução.

Por isso, para ela as necessidades do trabalhador são apenas a *necessidade de o manter durante o trabalho* e na perspectiva de que a *raça dos trabalhadores* não se extinga. O salário tem, assim, inteiramente o mesmo sentido do óleo que é aplicado nas rodas para mantê-las em movimento: a *manutenção*, a *conservação em ordem* de qualquer outro instrumento produtivo de que o *consumo do capital* em geral precisa para se reproduzir com juros (ibidem, p. 324)

Vemos então que o salário realiza basicamente a manutenção desta “raça de trabalhadores” conquanto permite que ela perdure (mesmo que isto implique, em outro sentido, a perda de trabalhadores singulares) – serve, portanto, para que os indivíduos tenham acesso àquele mínimo de sua existência. Mais do que isso, pontua Marx que a Economia Política “não o considera como homem no seu tempo livre de trabalho, antes deixa essa consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador dos mendigos” (ibidem, p. 253), assim os diversos resultados e implicações, objetivos ou subjetivos, da “reprodução do capital com juros” não é de interesse desta ciência quando seu objetivo (como ciência do enriquecimento) se efetivou.

Se a “objetivação [do trabalho é] como perda do objeto” (ibidem, p. 305), devemos ponderar que

tal como a natureza fornece o meio de vida do trabalho, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerce, assim a natureza fornece por outro lado também o meio de vida no sentido estrito; a saber, o meio da subsistência física do próprio trabalhador. Portanto, quanto mais o trabalhador se apropria pelo seu trabalho do mundo exterior, da natureza sensível, tanto mais se priva de meios de vida, pelo duplo aspecto de que, primeiro, cada vez mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, cada vez mais ele deixa de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador (ibidem, p. 306)

Assim sua *perda* se efetiva também, como já destacamos, enquanto *privação, falta de acesso e controle*³. Como veremos adiante, este controle converge, em determinados movimentos, na instigação de necessidades rudes, artificiais, ao mesmo tempo que reduz aquelas dos trabalhadores a este limite do mínimo:

³ Este domínio se encontra no outro polo da contradição: “o capital é, portanto, o poder de governo sobre o trabalho e os seus produtos” (2015, p. 264);

na medida em que ele reduz a necessidade do trabalhador ao mais necessário e lastimável sustento da vida física e a sua atividade ao movimento mecânico mais abstrato, portanto ele diz: o homem não tem nenhuma outra necessidade, nem de atividade, nem de fruição; pois ele declara também essa vida como vida e existência humanas; na medida em que 2) ele calcula a vida (existência) mais indigente possível como padrão e efetivamente como padrão universal: universal, porque válido para a massa dos homens (ibidem, p. 394. Grifos nossos)

Assim, podemos visualizar que para a Economia Política, o trabalho não apenas é uma mercadoria (ibidem, p. 260), mas dos “mais funestos atributos” (ibidem, p. 261) e em sua efetivação o trabalhador *perde* o objeto, produzindo riqueza para o polo do capital e sociedade, porém miséria e falta para si – produz os objetos e a si como trabalhador, reproduzindo a sua condição. Acompanhando Marx, dois pontos se tornam importantes, pois “a economia nacional, essa ciência da riqueza, é por isso, simultaneamente, [1º] ciência do renunciar, do passar fome, da poupança, e chega realmente a poupar ao homem mesmo a necessidade de um ar puro e do movimento físico” (ibidem, p. 394) e 2º “a expressão mais clara da interpretação (...) do pauperismo (...), o reflexo científico da situação econômica nacional” (2011, p. 144). Por fim, algumas outras considerações de Marx:

o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria (2015, p. 304)

Isto em virtude de que o aumento da produção e, conseqüentemente, da massa de mercadorias produzidas implica no barateamento destas no mercado. Isto impele, em segundo movimento, ao barateamento do trabalho dos indivíduos, pois o salário, como preço médio para manutenção de suas vidas, pode ser reduzido. Além disso, com a constante, “necessária, essencial e nociva” (ibidem, p. 244) separação alienada entre propriedade, capital e trabalho, e as flutuações sociais que fomentam a concorrência dentro da classe dos trabalhadores, um aumento de produção conduz ao sobretrabalho, produção de quinquilharias e objetos de baixa qualidade, crescimento e concentração de capitais, aumento da dependência do trabalhador para com o capitalista e, com o tempo, aumento da classe dos trabalhadores com queda de pequenos capitalistas para ela⁴. Assim, os trabalhadores em piores condições, pelo aumento da concorrência em sua classe, caem na miséria, mendicância, fome e morte – a relação entre oferta e demanda acaba por regular a situação dos trabalhadores. Logo, se a “oferta for muito maior do que a demanda,

⁴ Para visualizar o desenvolvimento completo desta linha de raciocínio, Marx, 2015, p. 247;

então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome” (ibidem, p. 244). Portanto,

é sobretudo de notar que, onde o trabalhador e o capitalista sofrem igualmente, o trabalhador sofre na sua existência, o capitalista no ganho do seu Mamom morto (ibidem, p. 246)

Visto que para este as suas perdas implicam na perda de seu capital, juros, dinheiro e poder de controle. No pior dos casos cai (e mesmo assim são aqueles pequenos ou médios proprietários) para o estado de trabalhador e sofre de suas condições. Então,

mesmo na situação da sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para o trabalhador é sobretrabalho e morte prematura, decair [à condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente perante ele, nova concorrência, morte pela fome ou mendicância de uma parte dos trabalhadores (ibidem, p. 249)

Mesmo tratando da única situação minimamente favorável (a do crescimento) ao trabalhador, são visíveis os prejuízos e tendências regressivas na reprodução social. Como comentado anteriormente, a miséria permanece como “miséria complicada” – o aumento de produção, o desenvolvimento progressivo da sociedade, resulta nos fatores anteriormente elencados e, assim, no fato de que o trabalhador continua com acesso limitado ao que ele próprio produziu, de tal sorte que

mesmo se fosse tão verdadeiro quanto é falso que o rendimento médio de *todas* as classes da sociedade tivesse aumentado, as diferenças e distâncias *relativas* dos rendimentos poderiam ter-se, contudo, tornado maiores, e por isso as oposições da riqueza e da pobreza poderiam ter-se evidenciado mais agudamente. Pois precisamente *porque* a produção total sobe e, na mesma medida em que isso acontece, aumentam também as necessidades, apetites e exigências, a pobreza *relativa* pode, portanto, aumentar enquanto a *absoluta* diminui (Schulz apud Marx, ibidem, p. 255)

Por fim, como buscamos salientar, trata-se de um processo de alienação. No caso, pela circularidade do processo, em que propriedade privada é fundada pelo trabalho alienado mas converte-se em meio para sua realização, a pobreza incita à alienação conquanto

todas essas consequências repousam na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como com um objeto alienado. O que é claro deste pressuposto: quanto mais o trabalhador se esforça, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alienado, que ele cria perante si próprio; quanto mais pobre se tornam ele próprio [e] o seu mundo interior, tanto menos ele possui (ibidem, p. 305)

Nisso, como foi possível de ver, já adentramos na outra dimensão da pobreza – sua qualidade subjetiva e que condiz com os elementos da subjetividade, personalidade e individuação do humano. Se pontuamos acerca do rebaixamento de seu salário como consequência do aumento da produtividade, entendemos que

com a massa dos objetos cresce, por isso, o domínio do ser alienado ao qual o homem está subjugado, e cada novo produto é uma nova potência do engano mútuo e do mútuo saque. *O homem torna-se tanto mais pobre como homem*, precisa tanto mais do dinheiro para se apoderar do ser alienado, e o poder do seu dinheiro cai justamente na proporção inversa da massa da produção, i. é, *a sua penúria cresce à medida que aumenta o poder do dinheiro*. – A necessidade do dinheiro é, por isso, a verdadeira necessidade produzida pela economia nacional e a única necessidade que ela produz (ibidem, p. 391)

A necessidade do dinheiro, deste “vínculo de todos os vínculos”, não apenas converge com os aspectos objetivos da pobreza como falta de acesso a ele e às mercadorias, como pela mediação “defeituosa” (e aqui retornamos à Jaeggi) que ele realiza.

A dimensão subjetiva da pobreza

Aqui nos reportamos aos processos que dizem respeito prioritária ou principalmente à subjetividade, personalidade e individuação (como movimento de formação do sujeito) dos humanos. Portanto, e retomando o estudo de Silva, vemos que “uma das formas de compreender a experiência da pobreza é enxergá-la como fonte de vergonha, humilhação, exclusão, invisibilidade, vulnerabilidade, baixa autoestima entre tantas outras formas de sofrimento” (op. cit., p. 125), pois sua efetivação, e enquanto estado de pobreza, é mobilizadora de mecanismos de redução, obstrução e quase negação do desenvolvimento humano de determinados indivíduos. Neste momento, “miséria e privação [são] como temas de experiência vivida – espaços onde os fatos (violência, doença, morte) podem falar por si” (Haber, 2006, p. 70), refletindo a ignorância da Economia Política pela vida *fora* do trabalho (relegada à polícia, estatística etc.) e a “voz implacável da angústia da população” que Marx relatou sobre o Mosela⁵.

No tocante aos momentos subjetivos, então, tratamos acerca dos reflexos (tanto no sentido de *resultados* quanto no de *representações*) subjetivos oriundos da dinâmica presente na objetividade posta pelo trabalho, propriedade privada e sua negação. Evidentemente, esta divisão entre aspectos objetivos e subjetivos não implica em uma autonomia de um em relação ao outro. Igualmente não implica na predominância destes sobre aqueles: em verdade, entendemos que são as dimensões objetivas da pobreza enquanto estruturas sócio-históricas que possibilitam e mobilizam um campo aberto

⁵ Temos: “aquele que ouve direta e frequentemente a voz implacável da angústia da população ao redor, facilmente perde o tato estético que sabe como falar nas imagens mais finas e modestas, ele talvez até considere seu dever político falar publicamente por um momento aquela linguagem popular de angústia que ele não teve a oportunidade de desaprender em seu país de origem” (MEGA² I.1, 1975, p. 296);

para a emergência destes aspectos subjetivos, sem com isto significar uma transição mecanicamente determinada.

Isto posto, vemos que a dimensão *subjetiva* da pobreza condiz com a

produção de experiências negativas e de deteriorização estrutural das relações. Isso permite compreender como a pobreza é um fenômeno que implica relação de perda não apenas de dinheiro ou outros símbolos de riqueza material, mas também relação de perda de si mesmo. Ao pobre, em alguma medida, existe uma negação sistemática de acesso aos meios capazes de ampliar formas de experienciar a própria vida (ibidem, p. 140)

Por isto, “a autorrenúncia, a renúncia à vida, a todas as necessidades humanas, é a sua [da Economia Política] tese principal” (Marx, 2015, p. 395). A “privação principal, a propriedade” (ibidem, p. 190) tornou os humanos “tão estúpidos e unilaterais” (ibidem, p. 349) que somente pela posse se tem um objeto e àqueles cuja possibilidade de aquisição destes objetos é reduzida restam (como tendência predominante) as mais desumanas atividades e as mais rebaixadas expressões humanas. Depositamos e constituímos como força social alheia o dinheiro e as potências e qualidades humanas tornam-se qualidades dele: “o que é para mim pelo dinheiro, o que eu posso pagar, i. é, o que o dinheiro pode comprar, isso sou eu, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro for, tão grande é a minha força” (ibidem, p. 417). Por outro lado, “eu, se não tenho dinheiro para viajar, não tenho nenhuma necessidade, i. é, nenhuma necessidade real e realizando-se de viajar” (ibidem, p. 419). Retornamos, portanto, ao fato de que a única necessidade realmente produzida pela Economia Política é a do dinheiro.

Logo, através da pobreza e seus momentos objetivos (como visto: perda dos objetos, falta de acesso, dinheiro, condições mínimas de sobrevivência etc.) nos deparamos com o rebaixamento das possibilidades de expressão e apropriação da realidade humanamente posta pelos pobres. Se “todos os objetos se tornam para ele [o humano] objetivação de si próprio, enquanto objetos que realizam e confirmam a sua individualidade” (ibidem, p. 351), um indivíduo cuja apropriação dos objetos é diminuta não encontrará meios adequados para “objetivação de si próprio”, “confirmar sua individualidade”. Desta forma, suas necessidades e expressões assumem uma aparência rude, tacanha, unilateral, pois nos processos sociais-objetivos assim é posto (seja por sua unilateralização no processo de trabalho, reduzindo-o a um trabalho maquinal, seja pelas desconsiderações múltiplas da Economia Política para com sua vida fora do ambiente de

trabalho): Marx, nesta linha, dispõe sobre a expressão “animalizada”, tamanha é a redução deste campo de expressão humano⁶.

A capacidade de apropriação e, portanto, expressão possibilitada por um salário condizente apenas com a manutenção físico-biológica do humano é “o mais baixo que é compatível com a *simple humanité*, a saber, com uma existência de animal” (ibidem, p. 244). E Marx, em análise sob a conjuntura de superação da propriedade privada, afirma que

no pressuposto da propriedade privada positivamente superada, o homem produz o homem, a si próprio e ao outro homem; como o objeto, o qual é a imediata atuação da sua individualidade e simultaneamente a sua própria existência para o outro homem, a existência deste e a existência deste para ele. Do mesmo modo, tanto o material do trabalho quanto o homem como sujeito são, porém, tanto ponto de partida quanto resultado do movimento (ibidem, p. 346)

Entretanto podemos, sob o pressuposto da propriedade privada ainda não superada, e com os acúmulos até então dispostos, afirmar que: o homem produz o homem⁷, a si próprio e ao outro homem como “caricaturas”, indivíduos alienados que adentram em relações específicas nas quais alguns são considerados primeiramente como trabalhadores; como o objeto, que é a imediata atuação de sua individualidade alienada e, também por isto, simultaneamente sua própria existência para outro homem – ou seja, o objeto torna-se uma potência alheia a quem o produziu e torna-se meio de efetivação daquele que o apropriou. Material do trabalho e homem como sujeito, então, são ponto de partida e resultado de um movimento que implica na tensão entre propriedade e não-propriedade, face da contradição entre capital e trabalho. Por isto podemos concluir que

o sentido que a produção tem, no que diz respeito ao rico, mostra-se manifestamente no sentido que ela tem para o pobre; *para [os de] cima, a exteriorização é sempre fina, oculta, ambígua, aparência; para [os de] baixo, grosseira, franca, sincera, essência*. A necessidade rude do trabalhador é uma fonte de lucro muito maior que a fina do rico. (...) *E a indústria, assim como especula com o refinamento das necessidades, igualmente especula com a sua rudeza, mas sobre a sua rudeza artificialmente produzida, cuja verdadeira fruição é, por isso, a autoanestesia*, essa satisfação aparente da necessidade, essa civilização no interior da barbárie rude da necessidade. (ibidem, p. 398. Grifos nossos)

Esta realização, que para o trabalhador significa sua desefetivação, seu martírio e sofrimento, engendra a subjetivação de experiências que podemos denominar como “experiências negativas”, visto que condizem com a “deteriorização estrutural das

⁶ Silva (op. cit., p. 129), inclusive, alerta que “uma noção de pobreza que se constrói em torno do mínimo sempre corre o risco de rebaixar as exigências de sua própria superação a termos que dificilmente se distinguem daquilo que Marx chamou de ‘existência animal’”;

⁷ Afinal, “a minha existência *própria* é atividade social” (ibidem, p. 347);

relações” (Silva, op. cit., p. 140) e a afirmação de relações defeituosas, “relation of relationlessness (Jaeggi, op. cit., p. 1)”.

Começa a se tornar claro o porquê de visualizarmos a alienação enquanto uma dimensão constitutiva da pobreza. Sua presença como “forma de existência” traduz, na realização dos atos humanos, a saída pela alienação: “tirante o caso da violência, o que me leva a alienar a minha propriedade a outro? A Economia Política, com razão, responde: a carência, a necessidade” (Marx, 2015, p. 210). Por este motivo, Marx pôde reforçar que “a realização do trabalho é a sua objetivação. Essa realização do trabalho aparece na situação nacional-econômica como *desrealização* do trabalhador, a objetivação como *perda* do objeto e *servidão* ao objeto, a apropriação como *alienação*” (Marx, 2015, p. 304. Grifos nossos). Mais do que isto,

a realização do trabalho aparece a tal ponto como *desrealização* que o trabalhador é *desrealizado até à morte pela fome*. A objetivação aparece a tal ponto como *perda* do objeto que o trabalhador é privado dos objetos mais necessários não só da vida como também dos objetos de trabalho. Sim, *o próprio trabalho torna-se um objeto* (ibidem, p. 305. Grifos nossos)

Dimensões objetiva e subjetiva convergem assim na edificação destes atos de objetivação (desrealização) do humano através da alienação. Para as situações de pobreza, esta desefetivação torna-se ainda mais cruel, “animalesca”, pois tanto a própria vida como limite máximo de sofrimento se está em perigo quanto as necessidades possibilitadas tendem à rudeza e as qualidades, sentidos e sentimentos humanos são obstaculizados por estas mediações alienadas que, sendo uma relação, são relações que freiam, tornam deletérias, outras. É assim que apesar de

cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, saborear, tatear, pensar, intuir, sentir, querer, ser ativo, amar, em suma, todos os órgãos da sua individualidade, bem como os órgãos que são imediatamente na sua forma órgãos comunitários, são no seu comportamento objetivo ou no seu comportamento para com o objeto a apropriação do mesmo, a apropriação da realidade humana (ibidem, p. 349)

os indivíduos pobres têm esta apropriação da realidade como desrealização, pois os objetos que acionariam seus sentidos (de ver, ouvir, saborear...) e afirmariam suas individualidades não lhe pertencem, não lhe são acessíveis. Isto

trata-se do círculo vicioso habitual da Economia Política: o fim é a liberdade do espírito – então, para a maioria, a servidão embrutecedora. As necessidades físicas não são o único objetivo – portanto, para a maioria, convertem-se no objetivo único (...) O fim é a propriedade – logo, para a maioria, nenhuma propriedade (ibidem, p. 193)

E por isto nos é permitido reforçar que

dizer que o homem está *alienado* de si mesmo é dizer que a sociedade deste homem alienado é a caricatura da sua comunidade real, da sua verdadeira vida genérica; que a *sua atividade se lhe apresenta como um tormento*, suas próprias criações como um poder alheio, *sua riqueza como pobreza*, (...) que a sua vida é o sacrifício da sua vida; que a realização do seu ser é a desrealização da sua vida; que, na sua produção, produz *o seu nada* (ibidem, p. 208)

Finalmente, em continuação ao que foi até então posto, podemos reconhecer que a pobreza possui, na diversa gama de resultantes, dois grandes denominadores pelos quais podemos indicar pontos comum destas manifestações: a dimensão *objetiva* da pobreza, enquanto apreensão dos dados e resultados condizentes ao que está *fora* da subjetividade humana; e a dimensão *subjetiva* da pobreza que, ao contrário, diz respeito, em um sentido, à maneira como os primeiros elementos são introjetados em tal subjetividade – quais as principais tendências, como tais situações se expressam, o que mobilizam, o que simbolizam e significam, etc. Como vimos, a pobreza, seja absoluta ou relativamente tratada, implica em um estado no qual determinado indivíduo possui reduzido acesso àquilo produzido pela sociedade. Comentando sobre Say, Marx afirma que “a riqueza consiste nos objetos dos quais ‘não se tem necessidade’, que não são exigidos pela ‘necessidade pessoal’” (ibidem, p. 186) – dito de outra forma, trata-se do estado de possuir, usar, consumir, adquirir ou se apropriar daqueles objetos cuja necessidade não se trata de uma necessidade *imediate*, seja para manutenção físico-biológica direta seja para cuidado e prevenção desta e, *principalmente*, pela própria condição de “não se ter necessidade”, são os objetos passíveis de direcionamento para a *troca*. Desta maneira, vemos facilmente como os capitalistas podem ser compreendidos dentro desta análise, visto que sua apropriação dos objetos alheios como objetos postos à venda condiz com sua “não necessidade” deles, mas sim a do dinheiro. No caso da pobreza, não apenas o acesso e controle destes objetos que “não se tem necessidade” (diríamos supérfluos ou até trocáveis) é reduzido, mas (principalmente nos casos de extrema pobreza, nas análises *absolutas* da pobreza) também daqueles de “necessidade pessoal” – não apenas uma pobreza como falta do “muito”, do “excesso”, mas do *mínimo*.

Poderemos, adiante, verificar com maior cuidado como que a pobreza pode ter como elemento constituinte a alienação, todavia entendemos que alguns dos primeiros passos já foram possíveis com as retomadas das dimensões anteriores da pobreza. Vale ressaltar, antes de continuarmos, que a proposta de enxergarmos a alienação como dimensão da pobreza não implica na exclusão da usual orientação inversa (da pobreza como dimensão da alienação). Antes, percebemos que reforça esta visão “padrão”, pois reintroduz o movimento de circularidade do caráter produtivo do capitalismo no debate e

que, no que tange à pobreza, é facilmente esquecido, (de)limitando seus debates a duas principais tendências: a primeira que enxergando na pobreza apenas uma dimensão da alienação, crê não haver motivo para uma luta contra ela, bastando uma investida contra a alienação e relegando, com teor negativo, aos “reformadores” as lutas contra a pobreza e pelas melhores condições de trabalho; e a segunda que enxerga na luta contra a pobreza, como adiantado por Marx, o objetivo da revolução social, negligenciando as irradiações alienantes que dela decorrem e crendo que com uma melhora quantitativa destas condições sociais o problema qualitativo da produção estaria em vias de resolução.

Alienação como dimensão da pobreza?

Da pobreza à alienação – *perda* como empobrecimento de si

Neste momento, torna-se oportuna a verificação mais detalhada a respeito da alienação. Para isto, tomamos como pressupostos e base os debates de Marx acerca desta categoria – pensamos aqui, particularmente, nas quatro dimensões da alienação, qual sejam: a alienação com o objeto, com a atividade, com o gênero humano e com o outro, com o humano. Uma das qualidades que torna característica esta abordagem marxista é visualização da alienação como fenômeno *prático*, isto é, que não ocorre independente ou prioritariamente na consciência. Isto não elimina os efeitos subjetivos e a dimensão subjetiva da própria alienação. Semelhantemente à pobreza, a alienação compartilha esta existência de âmbitos objetivo e subjetivo dentro de uma unidade.

Conforme Haber (2006, p. 69. Tradução provisória) pontua,

os primeiros temas dos “Manuscritos” são, na realidade, a privação, o sofrimento, o sentimento de absurdo – em suma, a infraestrutura concreta, orgânica e psíquica, daquilo que posteriormente pode ser interpretado de forma mais sutil como “perda de liberdade” e “perda de sentido” (Habermas), implicadas em certos aspectos do desenvolvimento das sociedades modernas.

De antemão, o que temos como paradigma para esta visualização da alienação como dimensão da pobreza é o fato de que “quanto menos tu fores, quanto menos exteriorizares a tua vida, tanto mais tens, tanto é a tua vida exteriorizada, tanto mais armazenas da tua essência alienada” (Marx, 2015, p. 395), isto é, conforme sua expressão e exteriorização da vida é reduzida, pelos motivos até então apresentados, mais a sua vida se torna alienada – mais armazena estes processos e momentos desumanizados e

desumanizadores⁸. É claro, então, que a introjeção destes momentos alienantes na subjetividade implica na subjetivação de elementos de *sofrimento, perda de si, dor* etc. e suas presenças na constituição da personalidade não deve ser diminuída – em verdade, atuam na completude da construção (em maior ou menor grau) desta subjetividade se apresentando e manifestando em suas expressões e exteriorizações.

Vimos que a propriedade privada serve, a partir de determinado ponto, como meio e fundamento para a realização do trabalho alienado, gerando assim uma inversão em que a alienação se mostra como uma dimensão resultante da pobreza. Pois, a propriedade privada possui “o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada como *exclusão da propriedade*, e o capital, o trabalho objetivo como *exclusão do trabalho*” (ibidem, p. 341), de modo que a ligação destes polos contraditórios representa a realização da atividade humana alienada. Da propriedade privada desenvolvem-se então a propriedade, por um lado, e a não-propriedade por outro; a acumulação e apropriação dos objetos alheios por um e a experiência de falta e privação do outro – o estado de pobreza. Entretanto, esta carência e falta serve de impulso para a realização do trabalho alienado (quando desconsiderado o uso da força) – e, portanto, esta relação *propriedade privada-trabalho alienado* entra em um ciclo de reciprocidade⁹. É o caso de que

quanto mais pobre, maior e mais profunda é a experiência sistemática de *perda* de relação do pobre consigo, com o outro e com o mundo. A consequência desse quadro é o surgimento de um ciclo vicioso em que a pobreza alimenta a alienação e vice-versa, ampliando assim um foco de sofrimento social que brota dessa perda e que tem como consequência a negação de expectativas que foram socialmente produzidas e subjetivamente absorvidas. (Silva, op. cit., p. 140. Grifo nosso)

Portanto, a vida empobrecida objetivamente, que conduz ao trabalho alienado e assim abre campo para um empobrecimento subjetivo e manifestações subjetivas destas

⁸ Apesar de escapar da tradição e do próprio autor em debate, esta colocação de Viktor E. Frankl (s.d., p. 29) resume adequadamente o que pretendemos apresentar: “Em sentido figurado, se poderia dizer que o sofrimento do ser humano é como algo em estado gasoso. Assim como determinada quantidade de gás preenche um espaço oco sempre de modo uniforme e integral, não importando as dimensões desse espaço, o sofrimento ocupa toda a alma da pessoa humana, o consciente humano, seja grande ou pequeno este sofrimento”;

⁹ Entendemos que vale destacar que a análise de Marx nos Manuscritos possui duas preocupações, com níveis diferentes de aproximação deste ciclo: em um primeiro, trata sobre como o trabalho alienado gera a propriedade privada como base fundadora, como atividade que, pelas características negativas que lhe são predicado, gera um fato e estado objetivo. Portanto, diz respeito a um processo humano-genérico no sentido de apresentar uma tese sobre o desenvolvimento social geral. Em um segundo, que aqui nos interessa, este ciclo representa a possibilidade de início humano-singular pela não-propriedade, pobreza, pois alude ao fato de que, tratando-se em específico de casos e humanos determinados e singulares, abre a possibilidade de que atuem sobre condições predeterminadas historicamente, não sendo uma constituição de gênero humano. O ponto visto de que “o que me leva a alienar a minha propriedade a outro (...) [é] a carência, a necessidade” (op. cit., 210) apenas reforça esta nossa compreensão;

alienações, pode implicar, como vimos, em um empobrecimento das *capacidades, sentidos, possibilidades, necessidades, experiências e expressões/exteriorizações de vida*. Em outras palavras: aquele cuja vida é assolada pelo empobrecimento ou pelo estado de pobreza enfrenta, concomitantemente, tendências regressivas em sua própria humanidade e subjetividade, personalidade. Seus sentidos e sentimentos possuirão e expressarão estes vetores regressivos, suas possibilidades de apropriação e acesso dificultarão o desenvolvimento de suas capacidades e experiências. Em resumo, o indivíduo nestas condições possui um grau de desenvolvimento humano, de humanidade, reduzido, limitado, menor do que aqueles que não se encontram neste estado (ainda que também alienados) – é, na prática, menos *humano*.

Ter um objeto para si, como objeto para se constituir uma relação (seja qual for), significa que “o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva” (ibidem, p. 110). Ou seja, tê-lo e utilizá-lo significam a efetivação de uma força subjetiva¹⁰, uma capacidade do indivíduo de realizar, no ou a partir daquele objeto, sua vontade (é o caso, por exemplo, de uma ferramenta que serve como extensão do corpo humano, fortificando uma força já presente nele). No caso da pobreza, a ausência, a falta, tornada possível pela privação da alienação, resulta em poucas e frágeis “confirmações” de forças essenciais, em pouco exercício destas. Sob o pretexto de uma sociedade que pode humanamente desenvolver seus indivíduos, Marx afirma que

somente pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana é em parte produzida, em parte desenvolvida a riqueza da sensibilidade humana subjetiva – um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, somente, em suma, sentidos capazes de fruição humana, sentidos que se confirmam como forças essenciais humanas (ibidem, p. 352)

Tomando o sentido inverso, da sociedade sob base da propriedade privada, a riqueza objetivamente desdobrada da essência humana alienada cinde a sensibilidade humana subjetiva. Logo,

poverty is the denial, at some level, of access to both what has been socially produced and to what is available in nature, provided that the universalization (becoming common) of access does not impede or weaken social living but contributes to the maintenance or expansion of *individual and collective potentials* (Silva, 2021, p. 155. Grifos nossos)

¹⁰ Aqui no sentido de força humana, do indivíduo em questão, e não meramente subjetiva como atributo da consciência;

As múltiplas manifestações da alienação como dimensão da pobreza

Uma representação estética que esta limitação alienante-empobrecida impõe na subjetivação é vista no caso do poema *Ensinamento* de Adélia Prado:

Minha mãe achava estudo a coisa mais fina do mundo. /Não é. /A coisa mais fina do mundo é o sentimento. /Aquele dia de noite, o pai fazendo serão, ela falou comigo: “Coitado, até essa hora no serviço pesado”. /Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente. /Não me falou em amor. /Essa palavra de luxo.

O texto tanto parece apoiar esta tese da pobreza, carência, como limitadora para sentimentos e “palavras de luxo” quanto reforça a ideia de que esta exteriorização é, também a seu modo, uma forma de educação, um *ensinamento*. Por outro lado, alertamos à importante constatação de que não existe um procedimento mecânico nesta relação entre alienação *prática* e alienações da *consciência* e das *expressões da vida*; da mesma forma, entre pobreza *objetiva* e *subjetiva*. Tratamos de tendências e predomínios, porém existe a clara possibilidade de existência de representações contraditórias ou mesmo uma contradição entre o nível objetivo (parco e pouco desenvolvido, por exemplo) e o subjetivo (mais avançado).

O predomínio a que nos referimos se trata, dentre outros motivos, da *naturalização* do estado atual, do “fato econômico presente”, como diz Marx.

A única linguagem compreensível para nós são os nossos objetos em suas relações mútuas. Seríamos incapazes de compreender uma linguagem humana; ela permaneceria sem efeito. Um a utilizaria como um rogo, uma petição – sentindo-a como uma humilhação; expressa envergonhadamente, o outro a tomaria como impudência ou loucura e a rechaçaria como tal. Estamos a tal ponto mutuamente alienados da essência humana que uma linguagem direta desta essência nos apareceria como uma violação da dignidade humana – enquanto que a linguagem alienada dos valores materiais nos parece a única digna do homem, autoconfiante e consciente de si. (ibidem, p. 220)

Isto adiciona outra camada ao poema de Prado, por exemplo, pois o ensinamento posto e movimentado pela ausência do sentimento ou fala de amor é também a incapacidade de se falar e compreender esta linguagem humana, tornando-a, como visto, inefetiva. Esta dificuldade, a naturalização do “fato econômico presente”, da pobreza, da alienação não é exclusiva a um campo restrito de manifestações ideológicas ou práticas. Não somente a Economia Política, a moral, direito ou outras áreas (manifestações particulares e que

seguem a regra geral da alienação do trabalho) refletem este fato econômico¹¹. As expressões e manifestações mais singulares ou cotidianas assim o fazem também – e, complexificando o processo, há as interações entre estes campos das formações ideológicas “puras” com estas cotidianas¹².

Não podemos perder de vista que no efetivo destas relações, temos uma complicada dinâmica entre a produção social alienada, geradora de empobrecimento (e a, vista, inversão deste caminho), e a conseqüente produção de carências e necessidades, que condizem com o campo aberto pela economia (se a justificam ou não, não elimina este fato fundamental). Portanto, são postas em movimento as carências. Alienação e pobreza se manifestam nas carências da seguinte maneira:

em parte, essa alienação mostra-se na medida em que produz, por um lado, o refinamento das necessidades e dos seus meios, por outro lado, o asselvajamento bestial, a completa simplicidade abstrata rude da necessidade; ou melhor, apenas se volta a engendrar no seu significado contrário (ibidem, p. 393)

A produção possibilita um alcance e realização cada vez maior e mais eficiente das carências, necessidades humanas, porém, em sua alienação produtora de propriedade privada e sua falta, gera a mais simples e real das carências: aquela por dinheiro, por aquilo que possibilita o real acesso ao socialmente produzido. A isso, acrescentamos pontos já vistos: I) que “ao trabalhador só é lícito ter o tanto para que queira viver, e só é lícito querer viver para ter.” (ibidem, p. 396); por isto, II) “todas as paixões e toda a atividade têm, portanto, de se afundar na *avareza*”¹³; III) “o homem torna-se tanto mais pobre como homem, precisa tanto mais do dinheiro para se apoderar do ser alienado” (ibidem, p. 391); também aqui, IV) “o poder do seu dinheiro cai justamente na proporção inversa da massa da produção, i. é, a sua penúria cresce à medida que aumenta o poder do dinheiro” (idem); IV) “*subjetivamente* mesmo, isto manifesta-se em que, em parte, a extensão dos produtos e das necessidades o torna escravo *inventivo* e sempre *calculista* de apetites inumanos, refinados, inaturais e *imaginários*” (ibidem, p. 392); isto pois V) “a propriedade privada não sabe tornar a necessidade rude numa necessidade *humana*” (idem); e, por fim, VI) “para [os de] cima [os ricos], a exteriorização é sempre fina, oculta,

¹¹ Mesmo os próprios filósofos, criticando ou não, são expoentes desta vida alienada: “O filósofo –portanto ele próprio uma figura abstrata do homem alienado – erige-se como o padrão do mundo alienado. (ibidem, p. 367)”

¹² Alguns autores, como Konder em *Marxismo e alienação* e Mészáros em *A teoria da alienação em Marx* tentam abordar a dialética entre esta forma alienada de produção e reprodução econômica e algumas manifestações, digamos, “superestruturais”;

¹³ Neste ponto, a crítica de Haber à ambigüidade e certa redução das variadas manifestações à alienação do trabalho e ao aspecto econômico parece ter sentido;

ambígua, aparência; para [os de] baixo [os pobres], grosseira, franca, sincera, essência (ibidem, p. 393)

Exemplo destes processos é o da fome:

a fome é uma necessidade natural; precisa, por isso, de uma natureza fora de si, de um objeto fora de si, para se satisfazer, para se saciar. A fome é a necessidade confessada do meu corpo de um objeto que lhe é exterior, indispensável à sua integridade e exteriorização da sua essência (ibidem, p. 375)

Em outro momento, já nos *Grundrisse* (portanto entre 1857 e 1858), Marx retoma a esta questão e de uma maneira que nos interessa:

fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente (2011, p. 47)

Logo, a falta do objeto comida não apenas é fisionomicamente a falta de nutrientes importantes para a vida, mas é também, filosoficamente, a incapacitação da realização desta necessidade, carência natural, vital do indivíduo e a redução deste ao patamar da bestialidade, enquanto vive uma miséria socialmente construída. A pobreza, como elemento incitador à produção alienada, é também produtora de um “modo de consumo”. Evidentemente, este já possuiu (acompanhando o conjunto das considerações aqui trazidas) uma série de transformações, que expressam o complicado jogo de tendências e contratendências. No que tange aos *Manuscritos* e ao capitalismo de então, a reserva e o mínimo *absoluto* (pensando na definição de pobreza antes vista) eram predominantes, ainda que não excluíssem outras possibilidades¹⁴ e realidades.

Para o sentido dos *Manuscritos*, a reserva se expressa também na irônica reflexão do autor, sobre que

tu tens de poupar não apenas os teus sentidos imediatos, como comer etc., tens também de poupar na participação em interesses universais, na compaixão, na confiança etc., em tudo isso se quiseres ser econômico, se não te quiseres arruinar com ilusões” (ibidem, p. 396).

¹⁴ Não sendo tema deste trabalho, podemos apenas indicar que isto se relaciona com o debate, ainda inexistente nos *Manuscritos*, entre mais-valia e suas dimensões *absoluta* e *relativa*. Atualmente, compreendemos haver uma predominância desta, mas sem a eliminação da primeira. Por isto, ao invés de mudar ou destituir de importância a discussão aqui movimentada, acrescenta tópicos a serem pensados. É o caso da vida plena de sentido que assume papel fundamental atualmente, mas não por isso deixava de ter importância fulcral anteriormente – sua manifestação era diferente. Podemos, como exemplo, colocar em mesa o poema *Eu, etiqueta*, de Drummond como representante deste conflito sobre o sentido da vida na atualidade: “Já não me convém o título de homem./ Meu nome novo é Coisa./ Eu sou a Coisa, coisamente”;

Manifesta-se, então, no primeiro caso, a poupança necessária para que se mantenha a vida individual, haja vista a intrincada problemática envolta da pobreza; no segundo, como reflexo do anterior, a poupança das “palavras de luxo”, tanto como dificuldade e impossibilidade direta de expressão quanto a orientação pelo reforço de que a associação dos “dos trabalhadores [é] proibida e com más consequências para eles” (ibidem, p. 244) – um efetivo silenciamento para com os “interesses universais”. O sofrimento portanto aparece como experiência sentida e experiência retirada, *perdida*.

Perda de sentido como resultado da pobreza

Temos em mente neste momento o fato de que

a produção da atividade humana como trabalho [é], portanto como uma atividade totalmente alienada a si, ao homem e à natureza, portanto *também alienada à consciência e à expressão da vida*; a existência abstrata do homem como um simples homem de trabalho, que, portanto, pode precipitar-se diariamente do seu *nada preenchido* para o *nada absoluto*¹⁵, para a sua não existência social e, por isso, a sua não existência real (ibidem, p. 326)

Evidencia-se, novamente, o potencial *crítico* da pobreza como categoria que articula momentos descritivos e normativos. Pois nesta passagem do “nada” ainda preenchido ao absoluto, como “não existência social” e pois “não existência real”, está contida uma severa crítica a como mesmo na condição de emprego o trabalhador se encontra alienado, empobrecido objetiva e subjetivamente, mas quando fora deste circuito, restando-lhe a mendicância, fome, miséria e morte, passa ao nada absoluto como vazio e inexistência (ao menos para a Economia Política, nos termos tratados por Marx) real¹⁶. O preenchimento aqui constatado não significa, por seu lado, um preenchimento *humano*, livre, genérico, mas justamente a perda das qualidades humanas na atividade laboriosa. Portanto, este “nada preenchido” não é senão a representação trágica da vida alienada, em suas quatro vias, do humano quando a pobreza se torna meio para a efetivação e realização deste trabalho alienado.

É claro, e não pretendemos discordar disto com nossos apontamentos, que esta condição é menos corrosiva e degradante do que a seguinte, que corresponde ao nada absoluto: não por isso, todavia, deixa de ser um “nada”. Dizer que “a minha atividade é

¹⁵ José Paulo Netto vê uma interessante conexão entre este trecho e Ernst Bloch. Para tanto, cf. Marx, 2015, p. 119;

¹⁶ Que esta dimensão acerca do “nada”, preenchido ou absoluto, tenha escapado às pesquisas que pudemos consultar (que se mantiveram, no melhor dos casos, no aspecto de perdas das qualidades humanas no trabalho), apenas reforça a importância da temática do empobrecimento como empecilho do tornar-se humano;

algo de outro (...) – em que em geral o poder inumano domina” (ibidem, p. 402. Grifos nossos) significa que a pobreza possui um caráter inumano intrínseco e, se dela irradiam severas consequências, estas carregarão esta inumanidade adiante como tendência predominante, podendo ser consciente ou não, mas ainda como forma “alienada à consciência e à expressão da vida”.

Portanto, desta base comum múltiplas representações e expressões são possíveis, tensionando o quadro geral de possibilidades humanamente tanto para a manutenção desta própria condição alienante-empobrecida quanto para sua crítica e superação. Por este motivo que “está fundado na essência da alienação que cada esfera me impõe um padrão diferente e oposto” (ibidem, p. 397), isto é, cada uma representa, a seu modo, a vida alienada-empobrecida – se para justificá-la ou criticá-la pouco nos importa neste momento –, “porque cada uma é uma alienação determinada do homem e cada uma fixa um círculo particular da atividade essencial alienada; cada uma comporta-se alienadamente para com a outra alienação”¹⁷ (idem). Compreendemos que estes obstáculos e reduções de *experiências humanas* – ou, em uma linguagem próxima a Jaeggi: estas experiências e relações de falta, estas experiências negativas – portanto retiram o sentido da vida porquanto a tornam *meio* de interesses individuais. Em outras palavras, a propriedade privada, em especial nosso objeto: a pobreza, “aliena do homem o gênero; torna-lhe a *vida genérica* meio de vida individual” (ibidem, p. 311).

Para que isto se realize, não somente as visões que naturalizam são necessárias, mas a própria produção atua neste caminho, pois para cada redução de *humanidade* deste indivíduo há uma tendência subjetiva regressiva que o impede ou dificulta a tomar ciência de seu elemento genérico. Por isto, unilateraliza o indivíduo, o torna maquinal, o reduz as suas necessidades animais, o torna rude, estúpido, “como um ser desumanizado tanto *espiritual* como corporalmente – imoralidade, disformidade, imbecilidade dos trabalhadores” (ibidem, p. 325); fomenta que “cada indivíduo é um todo de necessidades e só existe para o outro tal como o outro só existe para ele, na medida em que se tornam reciprocamente meios” (ibidem, p. 407); estimula a “indiferença para com os homens” (ibidem, p. 283); contrapõe os interesses da sociedade e Estado com os dos trabalhadores; torna “a existência do pobre (...) parte de sua riqueza [do Estado]” (ibidem, p. 228); torna a individualidade e a moral humana em “artigos de comércio e na existência material do

¹⁷ Em certa medida, é o que trata Jaeggi (op. cit., p. 67) quando pontua que “Thus conventions limit the spectrum of the imaginable; they shape and limit possibilities of experience”;

dinheiro” (ibidem, p. 206); joga o pobre na humilhação quando na busca pelo crédito¹⁸; e nega “toda importância à vida” (ibidem, p. 194).

Marx, resumidamente, esclarece que a “humanidade se situa fora da Economia Política e a inumanidade dentro dela (ibidem, p. 195) porque (dentre outros motivos) “se é simplesmente um ser humano carente desse instrumento, a tua demanda é para ti um *desejo não satisfeito* e para mim um *capricho irreal*” (ibidem, p. 219). As necessidades dos pobres são caprichos *irreais*, desejos *não satisfeitos*, dentro de um *nada*, preenchido ou absoluto. Nos é permitido entender então que a pobreza,

pelo trabalho alienado (...) gera, portanto, não só a sua relação com o objeto e o ato da produção como homens alienados e hostis a ele; gera também a relação na qual outros homens estão com a sua produção e o seu produto e a relação em que ele está com esses outros homens. Tal como faz da sua própria produção a sua desrealização, o seu castigo, tal como faz do seu próprio produto a perda, um produto que não lhe pertence, assim ele gera a dominação daquele que não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como aliena de si a sua própria atividade, assim também atribui ao alienado a atividade que não lhe é própria (ibidem, p. 316. Grifos nossos)

Logo, “a não realização de si, no sentido da complexidade de uma *identidade culturalmente condicionada* e da individualidade singular, aparece então apenas como uma consequência dessa *impossibilidade de ser si mesmo*” (Haber, p. 67. Tradução nossa), pois seu horizonte de atuação é limitado, seu acesso e poder sobre o mundo é diminuto e suas exteriorizações e expressões de vida são empobrecidas.

Considerações finais

Em virtude de o objeto ser extensiva e intensivamente vasto, as conclusões aqui obtidas não podem ser senão resultados *preliminares*, pois dizem respeito a conexões gerais e, justamente por isso, não condizentes com a totalidade das expressões que podem apresentar – e nem se pretendia a tanto. Ainda assim, pela característica própria destas investigações, pudemos verificar como a pobreza é capaz de articular diversas dimensões e fenômenos *alienantes*, de tal modo que estas aparecem como algumas de suas dimensões constitutivas.

¹⁸ Temos em retrospecto que “a mistificação, a hipocrisia e a vigarice recíprocas são levadas ao cúmulo; quanto àquele que não recebe crédito, não é julgado apenas como um pobre, mas também moralmente, como quem não merece confiança nem estima, um pária, um homem mau – à miséria do pobre soma-se a humilhação de rastejar para mendigar crédito ao rico (ibidem, p. 207)”;

Esta proposta corrobora com o desenvolvimento do empreendimento crítico iniciado por Marx, no sentido de que *pobreza* como categoria é capaz de *descrever* uma realidade e ao mesmo tempo apontar elementos negativos de sua realidade como formas superáveis – um teor notadamente *normativo*. A conjunção destas qualidades implica na mobilização do que Haber afirma ser “de fato, nessas abordagens, (...) o julgamento clínico que intervém – aquele que, caso a caso, sabe distinguir entre normalidade e patologia e pode compreender esta última” (op. cit., p. 66. Tradução nossa). Em sequência, o autor pondera que

o vocabulário da alienação ganha seu pleno significado quando faz referência, por mediações não muito longas, ao conjunto de experiências fornecido pelo interesse espontâneo do ser humano pela saúde e normalidade psico-biológica, assim como pela compreensão intuitiva do que se opõe a elas ou as impede (idem. Tradução nossa)

Haber, portanto, está de acordo com demais pensadores como Fischbach e Jaeggi no contexto de apresentar esta dualidade da potencialidade crítica da alienação.

Se tomarmos em conta esta avaliação, este ganho de significado, conforme pudemos observar, se evidencia quando a alienação é vista como um vetor desumanizante derivado de situações de pobreza. Portanto, a “saúde e normalidade psico-biológica” que o autor faz referência são tensionadas e por vezes dilaceradas quando o empobrecimento objetivo e subjetivo, primeiro, e considerando os casos mais graves, levam os indivíduos ao limite fisiológico da manutenção de sua vida e, segundo, aos limites histórico-sociais (e, portanto, também em termos de subjetividade, personalidade, psicologia) de constituição do humano como máquina, animal, rude, caricatura etc. Em outros termos: de mantê-los vivos para garantia de manutenção como trabalhadores e empobrecidos enquanto tal, com poucas e parcas perspectivas e possibilidades de se desenvolverem a partir disto.

Esta noção crítica da pobreza, ao contrário de substituir a alienação, a ressignifica e permite uma análise desta retroalimentação de suas manifestações. Concluimos, por fim, que a partir desta investigação multidimensional da pobreza – e que não elimina a crítica à forma de se produzir, portanto, à alienação – se é possível desenvolver e esboçar uma resposta àquelas duas questões postas por Marx e que expusemos no início de nosso trabalho.

Bibliografia

Andrade, Carlos Drummond de. Poema *Eu, etiqueta*. Disponível em: <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/eu_etiqueta.pdf> Acesso em 01/04/2025, às 20:23

Frankl, Viktor E. Em busca de sentido: Um psicólogo no campo de Concentração. Disponível em: <<https://urantiagaia.org/mental/logoterapia/EmBuscaDeSentido-ViktorFrankl.pdf>> Acesso em 01/04/2025, às 10:51

Haber, Stéphane. Que faut-il reprocher aux Manuscrits de 1844? Dans *Actuel Marx* 2006/1 (n° 39), pages 55 à 70. Éditions Presses Universitaires de France

Jaeggi, Rahel. *Alienation*. Translated by Frederick Neuhouser and Alan E. Smith. New York. Columbia University Press, 2014

Marx, Karl. *Cadernos de Paris. Manuscritos econômico-filosóficos*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015

Marx, Karl. Carta a Arnold Ruge. Disponível em <<https://criticadesapiedada.com.br/carta-de-marx-a-arnold-ruge-1843/>> Acesso em 31/03/2025, às 20:37

Marx, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 3, n. 1, fev. 2011

Marx, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica (contra Bruno Bauer e consortes)*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003

MEGA. *Marx Engels Gesamtausgabe IV.3: Karl Marx Exzerpte und Notizen Sommer 1844 bis Anfang 1847*. Berlin: Akademie Verlag, 1998

MEGA². *Marx Engels Gesamtausgabe I.1: Karl Marx Werke – Artikel, literarische, versuche bis März 1843*. Berlin: Dietz Verlag, 1975

Prado, Adélia. Poema *Ensinamento*. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/pensamentos/6524563>> Acesso em 31/03/2025, às 21:03

Silva, Hélio Alexandre da. A Critique of Poverty: Exploring the Underground of Social Philosophy. *Praktyka Teoretyczna*, 2021, 42(4): 139–165

Silva, Hélio Alexandre da. Alienação como dimensão constitutiva da pobreza. *APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista* Ano X n. 16, vol.2 p. 125-142 jul./dez.2016